

**ATA N.º 26/2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA NO
DIA DEZ DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E
DOZE.**

----- Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e doze no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões da Câmara Municipal, compareceram os excelentíssimos Senhores: -----

----- Presidente: Armindo José da Cunha Abreu; e-----

----- Vereadores: José Luís Gaspar Jorge, Abel António de Guimarães Coelho, Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente, António Ferreira Soares Araújo, Carlos Gonçalo Teixeira Pereira, Carlos António da Silva Carvalho, Hélder José Magalhães Ferreira e Jorge José de Magalhães Mendes.-----

----- Secretariou o Senhor Diretor do Departamento de Administração Geral, Sérgio Martins Vieira da Cunha.-----

----- Quando eram nove horas e trinta minutos, o Exmo. Senhor Presidente deu início aos trabalhos.-----

----- Lida em voz alta a ata nº. 25, da reunião ordinária de 26 de Novembro de 2012 a mesma, por unanimidade, foi aprovada.-----

----- A Câmara tomou conhecimento do resumo diário da Tesouraria referente ao dia 07 de dezembro de 2012, bem como da 12ª. Modificação Orçamental aos Documentos Previsionais/2012.-----

----- ***PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.***-----

----- O Senhor Vereador Carlos Pereira, em resposta ao que foi questionado pelo Senhor Vereador António Araújo do PSD, na reunião anterior, sobre a limpeza das margens do rio, disse que se tinha procedido à limpeza das mesmas. Quanto à limpeza da vegetação, disse, não ser aconselhável fazê-la nesta altura, uma vez que, tratando-se de uma época em que presumivelmente poderá acontecer cheias, aquela funciona como retenção das terras.-----

----- O Senhor Vereador Carlos Carvalho do PSD manifestou o seu desagrado sobre a intervenção do Senhor Presidente da Câmara na Assembleia Municipal relativamente à atividade do Conselho Municipal de Juventude. Disse que o Senhor Presidente havia mentido quando disse que já constavam do Plano todas as atividades que a JSD indicou.-----

----- O Senhor Presidente respondeu dizendo que não mentiu, uma vez que tinha indicações concretas e precisas sobre esta matéria.-----

----- O Senhor Vereador Carlos Pereira interveio, dizendo que o Senhor Presidente não mentiu e que as propostas apresentadas pela JSD são temas facilmente inseridos na atividade “trilhos da juventude” que faz parte do Plano Anual da Divisão de Juventude e Desporto. Disse ainda que, dentro da referida atividade “Trilhos da Juventude” já foi organizado um workshop sobre empreendedorismo jovem e que os restantes temas indicados pela JSD, nomeadamente, “educação sexual” e “participação ativa da juventude na política” serão oportunamente considerados para a execução do novo Plano. -----

----- O Senhor Vereador Carlos Carvalho afirmou que no seu entender se as propostas da JSD foram consideradas é porque não constavam do Plano de Atividades.-----

----- Atendendo à quadra natalícia, a Câmara, por unanimidade, deliberou antecipar o dia da próxima Reunião Ordinária do Executivo de 24 de Dezembro para o dia 21 de Dezembro de 2012, sexta-feira, à mesma hora e no mesmo local.---

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**-----

----- **PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO.**- “Cedência, em regime de comodato, das instalações da escola Eb1 do Paço – Vila Chã do Marão.- (Registo nº. 24907/2012/11/30).-----

Pelo Senhor Vereador Abel Coelho foi presente a seguinte proposta:- “Face à pretensão da Junta de Freguesia, proponho que seja celebrado contrato de comodato, nos termos em que têm sido celebrados em situações análogas-----

----- A Câmara deliberou, ceder em regime de comodato, a escola EB 1 do Paço da freguesia de Vila Chã do Marão, nos termos da proposta do Senhor Vereador Abel Coelho.-----

----- **PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO.**- “Programa Escolhas”.- Candidatura.- (Registo nº. 25018/2012/12/03).- Pelo Senhor Vereador Abel Coelho foi presente a seguinte proposta:-----

PROGRAMA ESCOLHAS – DE 2004 a 2015

1. Histórico – 2004/2012

O “Programa Escolhas” é um programa de âmbito nacional, tutelado pela Presidência do Conselho de Ministros, e fundido no Alto Comissariado para a

Imigração e Diálogo Intercultural, IP, que visa promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e minorias étnicas, tendo em vista a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social.

O Programa Escolhas foi criado em janeiro de 2001, e conta já com três fases de desenvolvimento. Numa primeira fase de implementação, que decorreu entre janeiro de 2001 e dezembro de 2003, era um Programa para a Prevenção da Criminalidade e Inserção de jovens dos bairros mais problemáticos dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal.

Terminado esse período, partindo da aprendizagem obtida e respondendo a novos desafios, nasce o Escolhas – 2ª Geração (E2G). De âmbito nacional, o E2G decorreu entre maio de 2004 e setembro de 2006.

É precisamente na égide desta candidatura ao **Programa Escolhas (2004/2006)** que foi concebido, há oito anos, o primeiro projeto local no concelho de Amarante, com a designação de *Juventude de Pleno Direito*. Recordar-se que, por essa altura, o ministério da educação publicou um estudo que colocava no Tâmega e Sousa as mais altas taxas de abandono escolar precoce do país.

Este projeto teve como objetivo dar resposta a um conjunto de problemáticas identificadas no Diagnóstico Social Concelhio (no âmbito do Programa Rede Social), nomeadamente o abandono escolar e o insucesso escolar e aumentar as oportunidades de escolha às crianças e jovens do concelho. A finalidade última foi a inclusão educativa, profissional e acima de tudo social dos jovens, contribuindo fortemente para a construção autónoma de um projeto de vida.

O público-alvo prioritário do E2G foram crianças e jovens entre os 6 e 18 anos oriundos de contextos sócioeconómicos desfavorecidos e problemáticos, nomeadamente os bairros de habitação social da Bouça do Pombal e, posteriormente, de S. Lázaro e das freguesias mais isoladas do concelho.

O Programa e Projeto local abrangeram ainda jovens com idades compreendidas entre os 19 e os 24 anos, famílias e outros elementos da comunidade, como professores, auxiliares educativos, entre outros.

De 2006 a 2009 desenvolvemos um novo projeto, após nova candidatura ao Programa Escolhas, que teve por objetivo qualificar os serviços e ações

desenvolvidas anteriormente e alargar o leque de respostas de acordo com as problemáticas identificadas.

Desta forma, o **Projecto_Percursos Integrados (2006/2009)** teve como objetivo trabalhar com jovens com poucas qualificações, priorizando a sua intervenção para jovens residentes nos bairros de habitação social, filhos de imigrantes e minorias étnicas, jovens com modelos de comportamentos desviantes e grávidas adolescentes, com vista à sua inserção sócioescolar e profissional; potenciar o seu *empowerment*.

Finalmente, pela terceira vez consecutiva, a Câmara Municipal de Amarante, enquanto entidade promotora, candidata-se ao **Programa Escolhas 2009-2012**.

Nesta 3ª edição do Programa Escolhas tivemos como objetivo geral dar continuidade a algumas atividades que considerámos serem a base do nosso trabalho, com crianças, jovens e familiares inseridos em contextos socioeconómicos desfavorecidos e, que tiveram o reconhecimento das entidades parceiras e da comunidade.

Neste prisma e atendendo, por um lado, ao projeto anterior e, por outro, ao diagnóstico social, verificou-se a necessidade de abranger outros nichos territoriais do concelho e de estabelecer uma nova metodologia de trabalho para este novo *Projeto Percursos Integrados*.

Desta forma, o projeto abrangeu as cinco áreas estratégicas de intervenção do novo Regulamento do Programa Escolhas.

Ao nível da inclusão escolar e educação não formal, procurámos, nestes três anos, apoiar as crianças e jovens na promoção do seu sucesso escolar, quer ao nível formal quer informal; implicar todos os agentes sociais que directa ou indirectamente influem no percurso social e escolar destas crianças e jovens, com especial incidência na família, na escola (professores e grupo de pares).

Para além do apoio ao nível da aprendizagem mais formal, trabalhámos com as crianças e jovens numa vertente mais artística e cultural, nomeadamente, a música, a dança, o teatro e a cidadania porque sabemos que as crianças e jovens aprendem e apreendem competências através de outras atividades para além das escolares, numa vertente de educação não-formal, garantindo a igualdade de oportunidades e o aumento do capital sociocultural.

O PPI 2009-2012 interveio incisivamente no interior das escolas e não apenas com as escolas; desta forma, a equipa do projeto trabalhou nas escolas que evidenciaram maiores problemas ao nível da inserção social por parte dos jovens e famílias, nomeadamente as escolas do centro urbano, pela “miscigenação” social e cultural e das áreas rurais, pela sua efetiva exclusão territorial. Não obstante, fora do horário escolar, a equipa continuou o seu trabalho nos bairros de habitação social, (nos Espaços Aprender a Ser e Interagir) onde têm vindo a intervir, garantindo a continuidade do trabalho desenvolvido até então, nomeadamente a abertura do bairro à comunidade, bem como a sua organização, e o apoio às crianças/jovens e suas famílias, designadamente as famílias de etnia cigana que passaram a frequentar estes espaços.

Para além disso, com o objetivo de aproximar os contextos que mais diretamente interferem na socialização das crianças e jovens, no sentido de atenuar as divergências entre estes dois agentes de socialização, concebemos o “Gabinete de Mediação Escolar e Familiar”, dentro do espaço da escola, que teve por objetivo central mediar situações de conflito entre alunos, professores e pais e trabalhar as questões relacionadas com a indisciplina, o insucesso escolar, comportamentos de risco, absentismo escolar e parental, garantindo uma maior supervisão por parte dos progenitores.

Para além disso, foi desenvolvido o Núcleo de Apoio à Família (NAF), que funcionou nas áreas territoriais e sociais mais excluídas do concelho, designadamente o Marão (objetivamente nas escolas), enquanto zona rural e nos bairros de habitação social. Este NAF teve como funções informar, apoiar e aconselhar os familiares das nossas crianças e jovens sobre os serviços comunitários e/ou de proximidade (saúde, emprego, social, educação, entre outros), como forma de combater a iliteracia (e o analfabetismo funcional), recorrendo, também, às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Desenvolvemos, ainda, sessões de orientação escolar e vocacional, ações de informação sobre as ofertas educativas e formativas e a organização de visitas a empresas para promover o contacto direto com o mundo do trabalho, nas suas diferentes vertentes, fomentando, simultaneamente, a abertura das empresas aos jovens e a sua responsabilidade social, uma feira de educação e formação e oficinas de competências. Esta última revelou-se uma atividade de continuidade com efeitos

positivos, quer pelo impacto em termos de reintegração escolar e /ou inserção profissional, quer pelo nível da capacitação e atitude empreendedora por parte dos jovens. Com efeito, a maioria deles tinha abandonado precocemente a escola e alguns estavam desocupados e sem perspetivas de futuro.

Atendendo à importância que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) têm vindo a assumir na pós-modernidade, evidenciando a problemática da infoexclusão, foi preponderante proporcionar o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, às crianças/jovens e famílias com baixo capital sociocultural, uma vez que a inclusão digital é uma porta aberta à cidadania e à integração inclusão social.

Assim, de forma transversal a todas as ações acima enunciadas, promovemos o desenvolvimento de atividades que visaram aumentar as competências na área das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Não se pretende reivindicar a exclusividade do mérito, a verdade é que hoje o abandono escolar precoce, ao nível do ensino básico, não existe em Amarante. Subsistem problemas de indisciplina e de falta de assiduidade para além do crescente número de processos em sede de CPCJ.

Em suma, este último projeto, que termina no final deste ano de 2012, teve como objetivos primordiais:

- Intervir junto das crianças e jovens, e seus familiares, residentes em contextos socialmente desfavorecidos, com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos;
- Prevenir situações de abandono e absentismo escolar, nomeadamente:
- **da vertente artística e cultural (música, dança, desporto e teatro);**
- acompanhar das crianças, jovens e famílias dos Bairros de S. Lázaro e da Bouça do Pombal;
- mediação de situações de conflito entre os alunos, professores e pais, assim como entre a rede de vizinhança;
- intervenção junto de minorias étnicas, nomeadamente população de origem cigana e imigrante;
- desenvolvimento de projetos de prevenção, através de Campanhas de Marketing Social;
- o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação, como forma de reduzir a infoexclusão e dinamizar a inclusão digital dos destinatários.

Atividades

Medida I

- *Oficinas das Competências;*
- *Centro de Explicações para o Reforço da Aprendizagem;*
- *Acompanhamento Psicossocial;*
- *Oficinas + Cidadania;*
- *Gabinete de Mediação Escola - Família;*
- *Fóruns de Reflexão Familiar.*

Medida II

- *Orientação Escolar e Vocacional;*
- *Ações de Informação das Ofertas Educativas e Formativas do Concelho;*
- *Construção de um Guia das Ofertas Educativas e Formativas do Concelho ;*
- *Feira de Educação e Formação;*
- *Curso “Preparar para a Vida”;*
- *Espaço Info - Emprego.*

Medida III

- *Atelier “Expressa a tua Arte”;*
- *Oficinas de Desporto “Vira e Mexe-te”;*
- *Desportos Radicais “Radical Desporto”;*
- *Oficinas de Dança “Bora Lá Dançar”;*
- *Oficinas de Teatro “Deixa-te de cenas e faz teatro”;*
- *Oficinas de Música ;*
- *Artes e Exposições Multiculturais;*
- *Visitas a Instituições de cariz social;*
- *Iniciativas de Mediação Comunitária;*
- *Núcleo de Apoio à Família (NAF);*
- *Oficinas de Pais e Filhos na Leitura e na Escrita.*

Medida IV

- *Cid@livre;*
- *Art’Photo Digital”;*
- *Digital Ritmix”;*
- *Jornal Percursos Integrados (JPI);*
- *TIC Júnior;*
- *CSI - Cria Sites de Internet;*

- *Literacia Digital;*
- *Atividades de Apoio Escolar.*

Medida V

- Criação de duas Associações Juvenis;
- Oficinas do Empreendedor;
- Intercâmbios “Sou do Mundo”;
- Campanhas de Marketing Social.

2. Avaliação

As avaliações efetuadas pelo Programa Escolhas revelam que o **Projeto Percursos Integrados** tem vindo, nos últimos anos, a efetuar um trabalho de intervenção social no combate a problemas como o absentismo escolar, o insucesso escolar e a exposição dos jovens a modelos de comportamentos desviantes.

Com nível de avaliação global de “Bom”, com o valor de 84%, últimos resultados do projeto, o Programa Escolhas evidencia que o PPI se “**encontra numa fase de maturidade e consolidação da sua intervenção, veiculada pela experiência da equipa e pelo envolvimento ativo e dinâmico das instituições parceiras que fazem parte do consórcio, tendo conseguido demonstrar ao longo deste período grande capacidade na criação de respostas com base numa relação de proximidade, que incide sobre o apoio e a intervenção junto das crianças, jovens e seus familiares de uma forma célere e concertada**”.

Foi neste espírito de trabalho e concertação que a Câmara Municipal se candidatou à 5.ª Edição do Programa Escolhas, com o intuito de, uma vez mais, responder a um conjunto de necessidades socioeducativas.

O Projeto Percursos Integrados 2013-2015 seria um projeto que tinha por objetivo dar continuidade a algumas ações/atividades do projeto anterior (2010-2012) e criar novas respostas sociais, de acordo com as problemáticas diagnosticadas. Para além disso, pretendia enquadrar os seus objetivos e ações na égide das orientações políticas sociais ativas nacionais e/ou europeias.

O projeto iria incidir a sua intervenção em três áreas complementares: (1) ao nível da educação formal e não formal, tendo como objetivo primordial promover o sucesso socioeducativo e cultural, compreendendo o sucesso educativo não só ao nível do desempenho escolar, mas também pelo desenvolvimento de comportamentos socialmente ajustados.

Pretendia, por isso, trabalhar as competências sociais e pessoais das crianças/jovens, com o objetivo de prevenir e/ou diminuir os consumos e todo o tipo de atos de violência, atuando em meio escolar, nomeadamente através da animação de recreios, da constituição de grupos de jovens conselheiros dos seus pares e através da articulação com as forças de segurança, designadamente da Escola Segura (GNR).

Para além disso, atendendo à importância que a primeira instância socializadora assume, conjuntamente com a escola, pretendíamos também focar a nossa intervenção nas famílias/pais e /ou encarregados de educação, através do desenvolvimento de atividades que promovessem uma maior responsabilização parental, nomeadamente ao nível das competências parentais, nas suas diversas vertentes.

(2) Outras áreas de intervenção do PPI recaíam sobre as questões da empregabilidade e empreendedorismo. Nestes domínios, pretendíamos, por um lado, orientar e capacitar os jovens para a procura ativa de emprego e estimulá-los a efetuar pequenas experiências/estágios e visitas a empresas que lhes facilitasse a construção de um projeto profissional; por outro lado, era nosso intuito trabalhar as competências para o empreendedorismo, nomeadamente de autonomia, iniciativa, avaliação do risco e dotá-los de conhecimentos para a construção de um plano de negócio inovador e empreendedor.

Por último, com o objetivo de diminuir todo o tipo de discriminação e violência geracional, de género e étnica, era nosso objetivo desenvolver um conjunto de ações/atividades/serviços que visassem sensibilizar a comunidade para estas problemáticas e apoiar estes grupos em situação de maior vulnerabilidade social.

Todas as ações seriam desenvolvidas em contextos de maiores riscos sociais, nomeadamente escolas inseridas em meio urbano e em dois bairros de habitação social, e pretendíamos amplificar a nossa intervenção através da abertura de um espaço dirigido aos jovens e famílias, em meio rural, promovendo todo o tipo de atividades educativas, desportivas, culturais e artísticas, nomeadamente ao nível da igualdade de género promovendo a igualdade de oportunidades.

De forma transversal a todos estes objetivos, teríamos as ações/atividades ao nível das TIC's, que teriam por objetivo apoiar as crianças e jovens nos seus processos de aprendizagem, fomentando a infoinclusão, acompanhadas de atividades lúdicas e

pedagógicas, e ações de formação com caráter mais formal e profissionalizantes que permitiriam aumentar as competências ao nível da empregabilidade e apoiar na conceção de projetos no âmbito do empreendedorismo.

3. Considerações

Do exposto, é possível avaliar a surpresa, o desencanto e as preocupações com que os intervenientes (entidade promotora, entidade gestora e consórcio) ficaram quando observaram que no sítio do Programa Escolhas, a candidatura da Câmara Municipal de Amarante não tinha sido selecionada. A ata não permite esclarecer os critérios de pontuação para se perceberem os méritos das candidaturas aprovadas. Mas se a candidatura de há três anos teve 82 pontos, se a avaliação feita tem sido muito positiva, como se explica que agora tenham sido apenas atribuídos 63 pontos? Das 27 candidaturas aprovadas para a Região Norte, só duas (Vila Real e Mirandela) não se encontram no litoral. Aliás, o Porto viu sete candidaturas aprovadas; Gaia três. Em todo o grande Porto foram aprovadas 16 candidaturas. Quase metade dos projetos não funcionaram no triénio anterior. O Sousa e Tâmega apenas viu uma candidatura aprovada; o Sousa e Tâmega que, sublinhe-se, é considerada a zona mais deprimida do território nacional. Das Câmaras promotoras, foram aprovadas as da Maia, Paços de Ferreira, Gondomar, Vila Verde e Vila Real. Maia, Paços de Ferreira e Vila Real não tinham antecedentes. Coincidência ou não, todas as candidaturas aprovadas e promovidas por câmaras municipais são governadas ou estão próximas do PSD. Coincidência ou não, Amarante e Cabeceiras de Basto, que já tinham uma estrutura montada, corpo técnico experiente, bem relacionado com o público-alvo, viram agora a sua candidatura rejeitada.

Fica o desalento e aumenta a inquietação. Como se vai manter estável uma comunidade – a dos bairros sociais – que tinha nos técnicos, nas atividades e nos espaços uma grande base de apoio, um forte reforço para o equilíbrio social? Depois da extinção dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social, como vai o município poder responder às disfunções em pessoas e famílias? É justo considerar que temos outros recursos disponíveis suficientes quando os elencados em candidatura se destinam mais aos adultos do que às crianças? Depois da redução da carga horária dos diretores de turma e do crescente volume de dificuldades no interior das escolas, como vão estas ultrapassar os problemas de absentismo e

violência? Mesmo a CPCJ que fazia parte do consórcio, como vai dispensar este apoio adicional para intervenção junto dos progenitores ou responsáveis educativos? Precisávamos de ser convencidos de que os projetos das entidades “vencedoras” eram melhores e que o seu público-alvo era mais carecido. Gostaríamos bem que a não seleção de Amarante se devesse, fundamentalmente, ao facto do nosso público-alvo ser, apesar de tudo, menos necessitado. Gostaríamos de não ficar com a dúvida sobre se a análise das candidaturas se pautou por rigorosos itens de objetividade dado que algumas das pontuações suscitam muitas reservas.

**Face ao exposto,
proponho que a Câmara Municipal delibere
enviar este memorando ao Alto Comissariado
para a Imigração e Diálogo Intercultural**

Amarante, 4 de dezembro de 2012

O vereador

Abel António de Guimarães Coelho”

----- A Câmara deliberou **aprovar a proposta do Senhor Vereador Abel Coelho**, e agir em conformidade.-----

----- Os Senhores Vereadores do PSD votaram contra e apresentaram a declaração de voto que a seguir se transcreve:- *“Também lamentamos que a candidatura não tenha sido seleccionada, até porque tem sido desenvolvido um bom trabalho ao abrigo do Programa Escolhas. Porém, o Executivo PS, em vez de exigir uma explicação para o facto de tal seleção não ter acontecido, vem tecer considerações que mais parecem um manifesto político-partidário. Ora, esta Câmara não é a sede adequada para veicular posições politico-partidárias.*

Assim, os Vereadores do PSD, independentemente da sua preocupação e posição substancial quanto a este assunto, não podem deixar de refutar tais considerações – as quais adulteram a exigência, legítima de explicações que devia estar associada ao memorando em causa- e, por isso, votaram contra”.-----

----- **PRESIDÊNCIA E VERAÇÃO**.- “Aprovação do Regulamento do Conselho Municipal de Juventude”.- (Registo nº. 10821/2012/10/23).- Sob proposta do Senhor Vereador Carlos Pereira, a Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar

o Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Amarante e remeter o documento à Assembleia Municipal para aprovação.-----

----- **URBANISMO-** DESTAQUE – Pedido Destaque de uma parcela de terreno – **Local:** Travessa da Cumieira n.º 79 – Figueiró (Sta. Cristina) - **Requerente:** José Pereira Mendes - **Proc.º. 41/2012 OP-DES.-** A Câmara deliberou **deferir o pedido de destaque, de acordo com os pareceres técnicos de 23 de novembro de 2012, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.**-----

----- **URBANISMO-** DESTAQUE – Pedido Destaque de uma parcela de terreno – **Local:** Nogueira - Mancelos - **Requerente:** Justino Sousa da Silva - **Proc.º. 28/2012 OP-DES.-** A Câmara deliberou **deferir o pedido de destaque, de acordo com os pareceres técnicos de 27 e 30 de novembro de 2012, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.**-----

----- **URBANISMO-** OBRAS – Pedido de parecer sobre a viabilidade do aditamento ao projeto de obras de reconstrução e ampliação da Escola Secundária de Amarante - **Local:** Sobreiro – S. Gonçalo - **Requerente:** Parque Escolar, EPE - **Proc.º. 1/2012 IP-PNV.-** A Câmara deliberou **emitir parecer favorável, de acordo com os pareceres técnicos de 23 de novembro de 2012, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.**-----

----- **URBANISMO-** OBRAS – Pedido de parecer não vinculativo sobre as obras de alteração e ampliação da sede da junta de freguesia de Rebordelo - **Local:** Nogueira - Rebordelo - **Requerente:** Junta de Freguesia de Rebordelo - **Proc.º. 302/2009 LE-EDI.-** A Câmara deliberou **emitir parecer favorável, de acordo com o parecer técnico do Senhor Diretor do DUP de 03 de dezembro de 2012, que se dá por reproduzido para todos os efeitos legais.**-----

----- **URBANISMO-** OBRAS – Pedido de isenção do pagamento das taxas administrativas – **Local:** Rua 31 de Janeiro - Cepelos - **Requerente:** Eduardo Mota Pereira da Costa - **Proc.º. 4/2010 DE-EDI.-** A Câmara deliberou **manifestar a intenção de indeferir o pedido de isenção do pagamento das taxas administrativas, uma vez que o mesmo não tem enquadramento no artigo 15º do Código Regulamentar do Município de Amarante, de acordo com o parecer técnico de 22/11/2012, que se dá por reproduzido para todos os efeitos legais.**-----

Querendo o requerente poderá apresentar **alegações escritas no prazo de 10 (dez dias).**-----

----- **URBANISMO-** DIVERSOS – Pedido de certidão - **Local:** Carido – S. Gonçalo- **Requerente:** José Xavier Ribeiro Fernandes - **Proc.º. 272/2012 OP-CER.**

----- A Câmara deliberou **emitir a certidão solicitada**, de acordo com os pareceres técnicos de 28 de novembro e de 03 de dezembro, que se dão por reproduzidas para todos os efeitos legais.-----

----- **URBANISMO-** DIVERSOS – Plano de Pormenor do Vale da Ribeira do Queimado – Substituição da cedência dos direitos de autor sobre os trabalhos, pelo cancelamento imediato da garantia n.º D0000011272 - Requerente: Progitape – Projetos de Arquitetura Planeamento e Engenharia, Lda – **Registo n.º 24728/2012.-** A Câmara, suportando-se nos pareceres da Divisão Jurídica ref.ª 94/DJ/2012 de 18/10/2012 que, para todos os efeitos legais, se dá por inteiramente reproduzido, delibera:-----

1) Aceitar a proposta de resolução do contrato de prestação de serviços, celebrado em 31 de outubro de 2002, para a elaboração do “Plano de Pormenor do Vale da Ribeira do Queimado” com a PROGITAPE – Projectos de Arquitectura, Planeamento e Engenharia, Lda, NIF 502 180 960;-----

2) A resolução do contrato ora operada por mútuo consentimento não poderá implicar o pagamento de encargos ou ónus adicionais para o Município de Amarante;-----

3) É ainda condição de aceitação da proposta de resolução que a referida PROGITAPE junte ao processo declaração, subscrita por quem tenha poderes para obrigar a sociedade, onde conste expressamente e para efeitos do disposto no artigo 15.º, n.º 2 do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, que **autoriza a cedência dos direitos de autor sobre os trabalhos até então** realizados, quer para efeitos da sua conclusão, quer para efeitos da sua modificação;-----

4) Liberar a caução, após a receção da declaração referida no número anterior.---
Abstiveram-se os Senhores Vereadores do PSD que ditaram para a ata a seguinte declaração de voto:- “Abstivemo-nos pelas seguintes razões *1.- Por um lado, também entendemos que o contrato em causa deve ser resolvido; 2.- Por outro lado, não podemos deixar de registar a inércia quanto à execução de tal contrato celebrado em 2003, com o Plano de Pormenor a apresentar em 20 semanas, mas com sucessivos atrasos, pelo que já há muito que devia ter sido encontrada uma solução para o assunto*”.-----

----- **AÇÃO SOCIAL.**- “Subsídio ao Arrendamento”.- Candidaturas.- (Registo nº. 12784/2012/12/05).- A Câmara deliberou **aprovar as candidaturas rececionadas no mês de outubro de 2012**, de acordo com os pareceres técnicos de 5/12/2012, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **AÇÃO SOCIAL.**- “Subsídio ao Arrendamento”.- Apresentação dos recibos de renda.- (Registo nº. 12752/2012/12/04).- A Câmara deliberou **autorizar a retoma da comparticipação**, de acordo com os pareceres técnicos de 4/12/2012, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **TRANSPORTES ESCOLARES.**- “Protocolo com o Colégio de S. Gonçalo 2012-2013”.- (Registo nº. 12816/2012/12/05).- A Câmara deliberou **aprovar o protocolo com o Colégio de S. Gonçalo relativo aos transportes escolares 2012 – 2013**, de acordo com os pareceres técnicos de 5/12/2012, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

Não participou na discussão nem da votação, a Senhora Vice-Presidente Dr^a. Octávia Clemente , por ser familiar do Senhor Diretor do Colégio de S. Gonçalo.----

----- **CÓDIGO REGULAMENTAR.**- “Atualização Ordinária de Taxas e Preços – Ano Financeiro de 2013”- (Registo nº. 12827/2012/12/05).- A Câmara deliberou **atualizar a Tabela Geral das Taxas para o ano financeiro de 2013**, de acordo com a informação do Senhor Diretor do DAG de 05/12/2012, que se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.-----

----- **ASSOCIAÇÕES.**- “Apoio ao Associativismo Desportivo.- Artigo 7º. do RMAAD”.- Apoio à construção ou beneficiação de instalações - (Registo nº. 12374/2012/11/27). A Câmara deliberou **conceder o apoio solicitado**, de acordo com a informação do Chefe de Divisão da Juventude e Desporto de 27/11/2012, bem como da informação prestada pelo Senhor Vereador Carlos Pereira da mesma data, cujo valor a **atribuir à União Cultural e Desportiva de Moure é de € 993, 40** (novecentos e noventa e três euros e quarenta cêntimos).-----

----- **ASSOCIAÇÕES.**- “Apoio ao Associativismo Desportivo.- Artigo 8º. do RMAAD”.- Apoio à aquisição de transporte próprio.- (Registo nº. 12373/2012/11/27).- A Câmara deliberou **conceder o apoio solicitado**, de acordo com a informação do Chefe de Divisão da Juventude e Desporto de 27/11/2012, bem como da informação prestada pelo Senhor Vereador Carlos Pereira da mesma

data, cujo valor a atribuir ao Aventura Marão Clube é de € 4.000,00 (quatro mil euros).-----

----- O Senhor Vereador António Araújo questionou se não houve mais Associações a apresentar candidaturas.-----

----- O Senhor Vereador Carlos Pereira respondeu que foram estas que cumpriram os requisitos do Regulamento Municipal.-----

----- **RECURSOS HUMANOS.**- “100 Diferenças”.-Parecer prévio para celebração de dois contratos de Prestação de Serviços, na modalidade de avença, com duas técnicas licenciadas em Psicologia.- (Registo nº. 12427/2012/11/27).-

----- O Senhor Vereador António Araújo questionou sobre quem vai suportar as despesas, a que o Senhor Presidente respondeu que as despesas serão suportadas pelo próprio projeto.-----

A Câmara deliberou **emitir parecer favorável à celebração de dois contratos de prestação de serviços, na modalidade de avença com duas técnicas licenciadas em Psicologia**, de acordo com a informação nº. 5673/2012/DAG/DARH de 28/11/2012 bem como da informação prestada pelo Senhor Diretor do DAG de 4/12/12, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **RECURSOS HUMANOS.**- “Parecer prévio para celebração de Contrato de Prestação de Serviços, na modalidade de avença, para a função de animadora do GIP.- Gabinete de Inserção Profissional.- (Registo nº. 12088/2012/11/20).- A Câmara **deliberou emitir parecer favorável à celebração do contrato de prestação de serviços, na modalidade de avença, para a função de animadora do GIP.**- Gabinete de Inserção Profissional, de acordo com a informação nº. 12088/2012/DAG/DF de 26/11/2012 bem como da informação prestada pelo Senhor Diretor do DAG de 4/12/12, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **FORNECIMENTOS.**- “Procedimento para aquisição de combustíveis e manutenção de bombas”.- (Aprovação da minuta do contrato).- (Registo nº. 8734/2012/09/05).- A Câmara deliberou **aprovar a minuta do contrato** relativo a fornecimento de combustíveis, de acordo com os pareceres técnicos de 5/12/2012, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **OBRAS E EMPREITADAS.**- “Climatização do Edifício dos Paços do Concelho”.- (Aprovação do Plano de Segurança e Saúde e Aprovação da minuta do

contrato da empreitada).- (Registo nº. 9093/2012/09/2012).- A Câmara deliberou **aprovar a minuta do contrato da empreitada em título**, bem como o **plano de segurança**, de acordo com os pareceres técnicos de 5 de Dezembro de 2012, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **OBRAS E EMPREITADAS.**- “Reconstrução de Muro no Lugar de Fonte Covo – Real.- Adjudicatário:- LOVIMEC; Renovação urbana e Construções Unipessoal, Lda.- (Auto de Vistoria – Receção definitiva e liberação da caução).- (Registo nº. 12368/2012/11/27).- A Câmara deliberou **aprovar o auto de vistoria, receber definitivamente a obra em título e proceder à liberação da caução**, de acordo com os pareceres técnicos de 27 de novembro de 2012, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **OBRAS E EMPREITADAS.**- “Construção do Polidesportivo de Sanche”.- Adjudicatário:- HABIMARANTE, Sociedade de Construções, SA)- (Auto de Vistoria – Receção definitiva e liberação da caução).- (Registo nº. 12359/2012/11/27).- A Câmara deliberou **aprovar o auto de vistoria, receber definitivamente a obra em título e proceder à liberação da caução**, de acordo com os pareceres técnicos de 27 de novembro de 2012, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **OBRAS E EMPREITADAS.**- “Pavimentação do Acesso à Empresa Industria.- Gatão”.- - Adjudicatário:- A.F. Santos & Filhos, Construções e Obras Públicas, Lda)- (Auto de Vistoria – Receção definitiva e liberação da caução).- (Registo nº. 12152/2012/11/21).- A Câmara **deliberou aprovar o auto de vistoria, receber definitivamente a obra em título e proceder à liberação da caução**, de acordo com os pareceres técnicos de 21 e 22 de novembro de 2012, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **OBRAS E EMPREITADAS.**- “Pavimentação do C.M. 1534 (1ª. Fase) – Real”- Adjudicatário:- SEM, Sociedade de Empreitadas do Marco, Lda.- (Auto de Vistoria – Receção definitiva e liberação da caução).- (Registo nº. 12730/2012/12/04).- A Câmara deliberou **aprovar o auto de vistoria, receber definitivamente a obra em título e proceder à liberação da caução**, de acordo com os pareceres técnicos de 04 e 05 de novembro de 2012, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **OBRAS E EMPREITADAS.**- “Regularização do Trânsito no Acesso ao Centro de Saúde de Amarante”.- Adjudicatário:- SEM, Sociedade de Empreitadas do Marco, Lda.- (Auto de Vistoria – Receção definitiva e liberação da caução).- (Registo nº. 12735/2012/12/04).- A Câmara deliberou **aprovar o auto de vistoria, receber definitivamente a obra em título e proceder à liberação da caução**, de acordo com os pareceres técnicos de 04 e 05 de novembro de 2012, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- **TRÂNSITO.**- “Corte de trânsito do Largo de Santa Luzia ao Largo Conselheiro António Cândido, dia 08 de dezembro”.- Requerente:- Bombeiros Voluntários de Amarante.- Ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara de 05/12/2012 - A Câmara deliberou **ratificar o despacho do Senhor Presidente** de 05 de dezembro de 2012 no sentido de autorizar.-----

----- *De harmonia com o disposto no artigo 83º, in fine, da Lei nº. 169/99, de 18/09, FOI OBJETO DE DELIBERAÇÃO DE CÂMARA, por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata, OS SEGUINTESS ASSUNTOS:-*

----- **OBRAS E EMPREITADAS.**- “Recuperação e Requalificação do Apeadeiro de Gatão e Envolvente”.- (Aprovação da ata do Júri do procedimento do concurso e, consequente autorização de prorrogação do prazo de entrega das propostas até às 17 horas do dia 12 de dezembro de 2012).- (Registo nº. 10256/2012/10/10). A Câmara deliberou **aprovar a ata do júri do procedimento do concurso e, consequentemente autorizar a prorrogação do prazo de entrega das propostas, ao abrigo do nº. 4 do artigo 18º do DL nº. 143-A/2008 de 25.07, até às 17 horas do dia 12 de dezembro de 2012**, nos termos propostos.-----

----- **OBRAS E EMPREITADAS** - "Requalificação da Avª. General Vitorino Laranjeira, Rua Capitão Barros Basto e Rua da Baseira - S. Gonçalo".- Adjudicatário:- Albino Luís, SA- Construção Civil e Obras Públicas.- (Declaração de entrada de dois sub-empregueiros na obra em título)- (Registo nº. 25182/2012/12/05).-----

----- O Senhor Vereador Jorge Mendes questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre se este ponto era ou não para votação ao que o Senhor Presidente respondeu que sim. -----

----- O Senhor Vereador Jorge Mendes questionou o Senhor Presidente Câmara sobre o cumprimento dos limites previstos na Portaria nº. 14/2004, de 10.01.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que nos termos da lei compete apenas à Câmara Municipal tomar conhecimento e verificar se os valores dos trabalhos dados de subempreitada cumprem o limite legal.-----

-----Posto o assunto à votação a Câmara deliberou, com os votos dos Senhores Vereadores do PS, apenas tomar conhecimento. Votaram contra os Senhores Vereadores do PSD que ditaram para a ata a seguinte declaração de voto:-
“*Votámos contra, porque entendemos que não são respeitados os limites previstos na Portaria n.º. 14/2004, de 10.01, relativamente aos títulos de registo*”.-----

----- **DIVERSOS.**- “Pedido de parecer relativo às obras de conservação de muro-apiário n.º. 2 de Baboledo, sito no lugar de Carregal, freguesia de Aboadela.-
Requerente:- Junta de Freguesia de Aboadela.- (Registo n.º. 25428/2012/12/07.- A Câmara deliberou emitir **parecer favorável** nos termos e pareceres de 10/12/2012, que se dão por reproduzidos para todos os efeitos legais.-----

----- E nada mais havendo a tratar, o Exmº Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram treze horas, da qual para constar se lavrou a presente ata, que eu,
eu, Secretário a subscrevo
e assino.-----